



**CLIPPING INTERNET**  
**15/12/2020 ATÉ 15/12/2020**



# INDÍCE

---

1	AÇÕES CORREGEDORIA	
	1.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	12
2	AÇÕES TJMA	
	2.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	3
	2.2 BLOG ENQUANTO ISSO NO MARANHÃO.....	4
	2.3 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	5 6
	2.4 SITE MA 10.....	7
3	COMARCAS	
	3.1 SITE O MARANHENSE.....	8
4	NÚCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	
	4.1 SITE O MARANHENSE.....	9
5	PRESIDÊNCIA	
	5.1 SITE O MARANHENSE.....	10
6	SERVIDOR PÚBLICO	
	6.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	11
7	VARA CRIMINAL	
	7.1 BLOG ANTÔNIO MARTINS.....	12
	7.2 BLOG DIEGO EMIR.....	13
	7.3 BLOG DO NETO FERREIRA.....	14
	7.4 BLOG GILBERTO LEDA.....	15
	7.5 BLOG LUÍS PABLO.....	16
	7.6 SITE G1 MARANHÃO.....	17
	7.7 SITE IMIRANTE.COM.....	18
	7.8 SITE JORNAL PEQUENO.....	19
	7.9 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	20
	7.10 SITE SUA CIDADE.....	21
8	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	8.1 SITE IMIRANTE.COM.....	22
	8.2 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	23
	8.3 SITE JORNAL PEQUENO.....	24

## **TJMA conhece modelo de transmissão de licitações pelo YouTube**

Procurador-geral de justiça com coordenador de Licitações do TJMA e presidente da CPL do MPMA

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, recebeu na manhã desta segunda-feira, 14, a visita institucional do coordenador do Setor de Licitações do Tribunal de Justiça, Wherbeth Sousa, que veio conhecer o modelo de transmissão online dos processos licitatórios do Ministério Público do Maranhão pelo YouTube.

A presidente da Comissão Permanente de Licitações do MPMA, Conceição Amorim, também participou do encontro e esclareceu as dúvidas do representante do Poder Judiciário. A perspectiva é que a transmissão das licitações pela internet, em tempo real, também seja realizada naquela instituição.

O MPMA iniciou a transmissão pelo YouTube em setembro deste ano. "A divulgação tem o objetivo de assegurar o princípio da transparência nos processos internos, especialmente naqueles que envolvam contratações e aplicações de recursos públicos no âmbito ministerial", explicou Eduardo Nicolau. Até agora, já foram realizadas seis licitações transmitidas pela internet.

"Vimos conhecer a experiência do Ministério Público e saber quais os meios necessários e ferramentas utilizadas para colocar esse modelo em prática no âmbito do Poder Judiciário estadual", informou Wherbeth Sousa.

Conceição Amorim explicou que, além de transmitir ao vivo as sessões de licitação, o conteúdo fica disponível para acesso de todos os cidadãos no canal "Licitacoes CPL". "Estamos repassando as informações sobre o processo de implementação no Ministério Público, com intercâmbio de informações, para permitir ao Poder Judiciário aprimorar o seu trabalho. A transparência é positiva para a sociedade e para as instituições públicas".

Ela destacou, ainda, que a nova Lei de Licitações, aprovada pelo Senado Federal, prevê a gravação de todas as sessões licitatórias pelas instituições públicas. "O MPMA foi além: disponibiliza a transmissão das sessões ao vivo e mantém o conteúdo gravado para acesso de todos".

Da Assessoria

## **Lucas Porto vai sentar no banco dos réus em fevereiro**

O empresário Lucas Porto será julgado no dia 24 de fevereiro de 2021. ele é acusado de ter estuprado e assassinado a publicitária Mariana Costa, sobrinha-neta do ex-presidente da República José Sarney.

O crime foi registrado em 2016. Segundo a Polícia Civil, Mariana foi estuprada e morta por asfixia, no apartamento onde morava, no Turu.

O empresário Lucas Porto, que era casado com a irmã de Mariana, com quem tem duas filhas, confessou o crime e disse que a motivação foi uma atração que sentia pela vítima.

Lucas Porto está preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas e responde pelos crimes de estupro, homicídio e feminicídio.

## **Acusado de assassinar sobrinha-neta de José Sarney, Lucas Porto, vai a júri popular em 2021**

Com informações do blog do Gilberto Leda

Lucas Porto, acusado de ter estuprado e assassinado Mariana Costa, sobrinha-neta de José Sarney vai a júri popular no dia 24 de fevereiro de 2021, em São Luís.

A publicitária maranhense Mariana Costa foi assassinada no dia 13 de novembro de 2016.

Lucas Porto era cunhado de Mariana. Ele passou por diversas perícias médicas para apontar um possível distúrbio psicológico.

Mariana Costa era sobrinha-neta do ex-presidente da República, José Sarney, e foi encontrada morta no apartamento onde morava, no Turu. As investigações da Polícia Civil apontaram que ela foi estuprada e morta por asfixia.

## Lucas Porto tem julgamento marcado

Quatro anos após ser preso pelo estupro e assassinato da jovem publicitária Mariana Costa, o empresário Lucas Porto será finalmente julgado em 24 de fevereiro de 2021, segundo decisão da Justiça. Ele está preso desde 2016 no Complexo Penitenciário de Pedrinhas após ter confessado os crimes.

Mariana Costa era sobrinha-neta do ex-presidente da República e ex-senador José Sarney e foi encontrada morta em casa com sinais de violência sexual e asfixia, o que após laudo do IML e investigações da Polícia Civil foi comprovado como causa da morte.

Apontado como principal suspeito desde o início das investigações, Lucas Porto era cunhado da vítima, casado com sua irmã. Ele responde pelos crimes de estupro, homicídio e feminicídio, agravante por se tratar de violência de gênero.

## **TJMA conhece modelo de transmissão de licitações pelo YouTube**

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, recebeu na manhã desta segunda-feira, 14, a visita institucional do coordenador do Setor de Licitações do Tribunal de Justiça, Wherbeth Sousa, que veio conhecer o modelo de transmissão online dos processos licitatórios do Ministério Público do Maranhão pelo YouTube.

A presidente da Comissão Permanente de Licitações do MPMA, Conceição Amorim, também participou do encontro e esclareceu as dúvidas do representante do Poder Judiciário. A perspectiva é que a transmissão das licitações pela internet, em tempo real, também seja realizada naquela instituição.

O MPMA iniciou a transmissão pelo YouTube em setembro deste ano. “A divulgação tem o objetivo de assegurar o princípio da transparência nos processos internos, especialmente naqueles que envolvam contratações e aplicações de recursos públicos no âmbito ministerial”, explicou Eduardo Nicolau. Até agora, já foram realizadas seis licitações transmitidas pela internet.

“Vimos conhecer a experiência do Ministério Público e saber quais os meios necessários e ferramentas utilizadas para colocar esse modelo em prática no âmbito do Poder Judiciário estadual”, informou Wherbeth Sousa.

Conceição Amorim explicou que, além de transmitir ao vivo as sessões de licitação, o conteúdo fica disponível para acesso de todos os cidadãos no canal “Licitacoes CPL”. “Estamos repassando as informações sobre o processo de implementação no Ministério Público, com intercâmbio de informações, para permitir ao Poder Judiciário aprimorar o seu trabalho. A transparência é positiva para a sociedade e para as instituições públicas”.

Ela destacou, ainda, que a nova Lei de Licitações, aprovada pelo Senado Federal, prevê a gravação de todas as sessões licitatórias pelas instituições públicas. “O MPMA foi além: disponibiliza a transmissão das sessões ao vivo e mantém o conteúdo gravado para acesso de todos”.

## **Lucas Porto vai a júri pelo assassinato de Mariana Costa**

Foi marcado para o próximo dia 24 de fevereiro de 2021, em São Luís, o julgamento de Lucas Porto, acusado de ter estuprado e assassinado a publicitária maranhense Mariana Costa em 2016.

Ele era cunhado dela.

O julgamento ocorre pouco mais de quatro anos após o crime (saiba mais).

Mariana Costa era sobrinha-neta do ex-presidente da República, José Sarney, e foi encontrada morta no apartamento onde morava, no Turu. As investigações da Polícia Civil apontaram que ela foi estuprada e morta por asfixia.

## **Marcado julgamento do acusado de assassinar sobrinha-neta de Sarney**

Assassino Lucas Porto e a vítima Mariana Costa

Após quatro anos, foi marcado para o próximo dia 24 de fevereiro de 2021, em São Luís, o julgamento de Lucas Porto, que é acusado de ter estuprado e assassinado a publicitária maranhense Mariana Costa em 2016.

Mariana Costa era sobrinha-neta do ex-presidente da República, José Sarney, e foi encontrada morta no apartamento onde morava, no bairro Turu, na capital maranhense. As investigações da Polícia Civil apontaram que ela foi estuprada e morta por asfixia.

O empresário Lucas Porto, cunhado da vítima, foi preso e confessou o crime que teria sido motivado por uma atração que ele sentia por Mariana.

O acusado segue preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde responde pelos crimes de estupro, homicídio e feminicídio.

Após a morte da publicitária, a família de Mariana Costa criou o projeto 'Somos Todos Mariana', que ajuda no combate ao feminicídio no Maranhão.

A iniciativa leva para bairros e escolas, palestras que alertam sobre a importância da mobilização contra casos de violência contra mulheres.

(Com informações do G1MA)

## Marcado julgamento do acusado de assassinar sobrinha-neta de Sarney no MA

Lucas Porto é acusado de ter estuprado e assassinado a publicitária maranhense Mariana Costa em 2016; Ele segue preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís.

Por Márcia Carlile, G1 MA — São Luís

15/12/2020 06h36 Atualizado há 3 horas

Marcado júri de assassino confesso de sobrinha-neta de Sarney

Após quatro anos, foi marcado para o próximo dia 24 de fevereiro de 2021, em São Luís, o julgamento de Lucas Porto, que é acusado de ter estuprado e assassinado a publicitária maranhense Mariana Costa em 2016.

Mariana Costa era sobrinha-neta do ex-presidente da República, José Sarney, e foi encontrada morta no apartamento onde morava, no bairro Turu, na capital maranhense. As investigações da Polícia Civil apontaram que ela foi estuprada e morta por asfixia.

Mariana Costa foi estuprada e morta pelo próprio cunhado, Lucas Porto — Foto: Arquivo pessoal/Redes sociais  
Mariana Costa foi estuprada e morta pelo próprio cunhado, Lucas Porto — Foto: Arquivo pessoal/Redes sociais

O empresário Lucas Porto, cunhado da vítima, foi preso e confessou o crime que teria sido motivado por uma atração que ele sentia por Mariana. O acusado segue preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde responde pelos crimes de estupro, homicídio e feminicídio.

Após a morte da publicitária, a família de Mariana Costa criou o projeto 'Somos Todos Mariana', que ajuda no combate ao feminicídio no Maranhão. A iniciativa leva para bairros e escolas, palestras que alertam sobre a importância da mobilização contra casos de violência contra mulheres.

Lucas Porto confessou ter estuprado e matado Mariana Costa em novembro de 2016 — Foto: Reprodução/TV Mirante

Lucas Porto confessou ter estuprado e matado Mariana Costa em novembro de 2016 — Foto: Reprodução/TV Mirante

Dia Estadual de Combate ao Feminicídio

A data do assassinato de Mariana Costa, 13 de novembro, virou símbolo de luta contra a violência com a criação do Dia Estadual de Combate ao Feminicídio. Um projeto foi criado para ajudar as famílias de mulheres que foram mortas ou que sofrem com a violência.

A Assembleia Legislativa do Maranhão (Alema) pediu a criação de uma frente parlamentar de combate ao feminicídio. O objetivo é fiscalizar os órgãos de proteção à mulher e implantar delegacias no interior do estado

para combater esse tipo de crime.

## **Definida data do julgamento de Lucas Porto, acusado da morte de Mariana Costa**

Lucas Porto vai a júri popular no dia 24 de fevereiro de 2021.

IMIRANTE.COM

15/12/2020 às 07h24

Lucas Porto está preso no Complexo de Pedrinhas. Foto: Arquivo/O Estado

SÃO LUÍS - Foi marcado para o dia 24 de fevereiro de 2021 o julgamento de Lucas Ribeiro Porto, acusado de ter estuprado e assassinado a publicitária Mariana Menezes de Araújo Costa Pinto, em 2016.

Em audiência realizada em outubro de 2018, ficou decidido que Lucas Porto iria a júri popular. Ele permanece preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, após o crime cometido no dia 13 de novembro de 2016, no apartamento da vítima, que fica no bairro do Turu.

Segundo a polícia, Mariana Costa estava dormindo em seu quarto quando foi abordada pelo acusado. Ela travou uma luta corporal para se proteger do ato violento e, em seguida, sofreu uma asfixia. A vítima desmaiou e, em seguida, foi sufocada por um travesseiro. Ela foi encontrada desacorda por vizinhos e levada para o hospital onde chegou morta.

## **Postos de autorização de viagem não funcionam no período de Natal e Ano Novo**

Segundo a portaria, nos dias em que os atendimentos estiverem suspensos, os casos emergenciais serão tratados pela Coordenação da Divisão de Proteção Integral (DPI).

Postos de autorização de viagem não funcionam no período de Natal e Ano Novo

Foto: Divulgação / CGJ-MA

SÃO LUÍS - Pais e responsáveis por menores de 16 anos que precisarem viajar sozinhos ou acompanhados de pessoas que não sejam seus familiares, nas semanas do Natal e do Ano Novo, devem solicitar com antecedência a autorização de viagem nos postos de atendimento da Vara da Infância e Juventude de São Luís. O atendimento ficará suspenso nos dias 24, 25 e 31 deste mês de dezembro e 1º de janeiro de 2021, conforme Portaria TJ nº 4627/2020, assinada pelo juiz José Américo Abreu Costa, titular da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís.

Os postos funcionam no Aeroporto Internacional Cunha Machado (13h às 18h) e Terminal Rodoviário de São Luís (8h às 13h) de segunda a sexta-feira; e na Estação de Passageiros da Ferrovia Carajás (Anjo da Guarda), das 6h30 às 8h, nos dias de viagem do trem. O posto do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau) não funcionará durante o recesso forense, que vai do dia 20 de dezembro a 6 de janeiro.

Playvolume00:00/03:49imiranteTruvid

De acordo com a portaria, nos dias em que os atendimentos estiverem suspensos, os casos emergenciais serão tratados pela Coordenação da Divisão de Proteção Integral (DPI), mediante agendamento prévio por meio do whatsapp (98) 8483-8867 e 98835-9529.

O atendimento presencial segue as normas de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19), sendo obrigatórios, para servidores e usuários do serviço, utilização de máscara de proteção e a higienização das mãos com álcool 70%.

## Boas Práticas

A Associação dos Magistrados do Maranhão fez a entrega da Medalha Desembargadora Madalena Serejo, mais importante premiação da Justiça estadual maranhense, aos magistrados que se destacaram em suas atividades jurisdicionais em 2020. Na categoria “Boas Práticas”, foram premiadas as atividades inovadoras, criativas e com resultados comprovados executadas por juízas e juízes, com o objetivo de aumentar a qualidade dos serviços jurisdicionais prestados à sociedade. Em primeiro lugar ficou a juíza Michelle Amorim Sancho Souza Diniz, que concorreu com o trabalho “DPVAT e Teleperícias: solucionando adequadamente o litígio”.

## Boas Práticas

A Associação dos Magistrados do Maranhão fez a entrega da Medalha Desembargadora Madalena Serejo, mais importante premiação da Justiça estadual maranhense, aos magistrados que se destacaram em suas atividades jurisdicionais em 2020. Na categoria “Boas Práticas”, foram premiadas as atividades inovadoras, criativas e com resultados comprovados executadas por juízas e juizes, com o objetivo de aumentar a qualidade dos serviços jurisdicionais prestados à sociedade. Em primeiro lugar ficou a juíza Michelle Amorim Sancho Souza Diniz, que concorreu com o trabalho “DPVAT e Teleperícias: solucionando adequadamente o litígio”.

## **AMMA premia magistrados que se destacaram em 2020**

Foi entregue a Medalha Desembargadora Madalena Serejo, a mais importante premiação da Justiça estadual, aos magistrados que despontaram em suas atividades jurisdicionais neste ano

15/12/2020

AMMA premia magistrados que se destacaram em 2020

Magistrados premiados pela AMMA na categoria "Presteza Jurisdicional" (Divulgação)

SÃO LUÍS - A Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) fez a entrega da Medalha Desembargadora Madalena Serejo, a mais importante premiação da Justiça estadual maranhense, aos magistrados que se destacaram em suas atividades jurisdicionais em 2020. O evento aconteceu no auditório da sede administrativa da AMMA, com presença de membros do Poder Judiciário e convidados.

Na categoria 'Boas Práticas', a AMMA premiou as atividades inovadoras, criativas e com resultados comprovados, executadas por juízas e juízes, com o objetivo de aumentar a qualidade dos serviços jurisdicionais prestados à sociedade.

Em 1º lugar ficou a juíza Michelle Amorim Sancho Souza Diniz, que concorreu com o trabalho 'DPVAT e Teleperícias: solucionando adequadamente o litígio'. "É com grata satisfação que levo esta medalha à minha Comarca, Presidente Dutra", disse a vencedora.

Receberam Menção Honrosa nesta categoria, os juízes Douglas da Guia, com o trabalho 'Justiça Itinerante 2020', e David Mourão Guimarães Meneses, autor da prática 'Humanizar para Ressocializar'.

A AMMA também concedeu medalhas na categoria 'Presteza Jurisdicional', cujos magistrados vencedores foram identificados segundo índices de produtividades apurados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, sendo premiado o melhor de cada eixo de metas.

Os vencedores, nesta categoria, foram os juízes Douglas Lima da Guia (Vara Única de Cururupu), Denise Pedrosa Torres (4ª Vara de Santa Inês), Lúcia Helena Heluy da Silva (2ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher em São Luís), Sebastião Bonfim (12ª Vara Cível de São Luís), Pedro Henrique Holanda Pascoal (Juizado Especial Cível e Criminal de Balsas), Dayna Leão Tajra Teixeira (2º Juizado Especial Cível de Imperatriz), Márcia Coelho Chaves (3º Juizado Especial Criminal de São Luís) e a Desembargadora Cleonice Freire.

Além das premiações da Medalha Madalena Serejo, a AMMA homenageou, com a entrega de certificado de Honra ao Mérito, os membros da Comissão Eleitoral responsável pela condução das Eleições AMMA 2020: juízas Maria José França, Nivana Guimarães e o desembargador Raimundo Barros.

Também foi homenageado o atual Diretor do Tribunal de Justiça, Mário Lobão, pelo trabalho que vem desenvolvendo na Justiça maranhense.

## AMMA 50 anos

O evento marcou, também, as comemorações alusivas aos 50 anos da AMMA, fundada em 2 de janeiro de 1971. Durante a solenidade, o presidente da Associação, Angelo Santos, assinou a ata de lançamento do Selo AMMA 50 Anos, seguido de entrega de placa aos ex-presidentes.

A juíza Sonia Amaral, que exerceu a presidência da AMMA por dois anos, fez um breve resgate da trajetória histórica da AMMA, destacando a importância do trabalho de todos os presidentes, cada um ao seu tempo, as lutas e conquistas de cada momento. “Essa casa não tem fim. A sua construção é contínua, constante e exige a colaboração de todos nós”.

Em seu discurso de agradecimento, o juiz Ronaldo Maciel, que presidiu a entidade em dois mandatos, falou do respeito conquistado pela AMMA na sociedade, fruto do trabalho de todos os presidentes que conduziram a entidade.

Também homenageado, o ex-presidente Gervásio Santos destacou que cada presidente dá a sua contribuição e passa, mas a AMMA é perene. “Os 50 anos foram de muita luta, muita glória. E todos aqueles que participaram, no seu tempo e ao seu modo, colocaram um tijolo nesta construção, nenhum foi mais importante que o outro”.

### Conquistas

Encerrando sua gestão após dois biênios, o presidente Angelo Santos ressaltou as conquistas obtidas nos últimos anos, mesmo em meio a inúmeras dificuldades. “A construção da nossa entidade, nesses 50 anos, passou pela dedicação desses homens e mulheres que estiveram à frente da AMMA e nós temos que sempre exaltar isso. Cada um contribuiu ao seu modo e forma, obtendo as conquistas possíveis”.

Ao final da solenidade, os convidados conheceram no novo Espaço AMMA 50 Anos, uma sala disponível a todos os associados, ambientada na temática da história da Associação.

## **AMMA premia magistrados que se destacaram em 2020**

Foi entregue a Medalha Desembargadora Madalena Serejo, a mais importante premiação da Justiça estadual, aos magistrados que despontaram em suas atividades jurisdicionais neste ano

15/12/2020

AMMA premia magistrados que se destacaram em 2020

Magistrados premiados pela AMMA na categoria "Presteza Jurisdicional" (Divulgação)

SÃO LUÍS - A Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) fez a entrega da Medalha Desembargadora Madalena Serejo, a mais importante premiação da Justiça estadual maranhense, aos magistrados que se destacaram em suas atividades jurisdicionais em 2020. O evento aconteceu no auditório da sede administrativa da AMMA, com presença de membros do Poder Judiciário e convidados.

Na categoria 'Boas Práticas', a AMMA premiou as atividades inovadoras, criativas e com resultados comprovados, executadas por juízas e juízes, com o objetivo de aumentar a qualidade dos serviços jurisdicionais prestados à sociedade.

Em 1º lugar ficou a juíza Michelle Amorim Sancho Souza Diniz, que concorreu com o trabalho 'DPVAT e Teleperícias: solucionando adequadamente o litígio'. "É com grata satisfação que levo esta medalha à minha Comarca, Presidente Dutra", disse a vencedora.

Receberam Menção Honrosa nesta categoria, os juízes Douglas da Guia, com o trabalho 'Justiça Itinerante 2020', e David Mourão Guimarães Meneses, autor da prática 'Humanizar para Ressocializar'.

A AMMA também concedeu medalhas na categoria 'Presteza Jurisdicional', cujos magistrados vencedores foram identificados segundo índices de produtividades apurados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, sendo premiado o melhor de cada eixo de metas.

Os vencedores, nesta categoria, foram os juízes Douglas Lima da Guia (Vara Única de Cururupu), Denise Pedrosa Torres (4ª Vara de Santa Inês), Lúcia Helena Heluy da Silva (2ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher em São Luís), Sebastião Bonfim (12ª Vara Cível de São Luís), Pedro Henrique Holanda Pascoal (Juizado Especial Cível e Criminal de Balsas), Dayna Leão Tajra Teixeira (2º Juizado Especial Cível de Imperatriz), Márcia Coelho Chaves (3º Juizado Especial Criminal de São Luís) e a Desembargadora Cleonice Freire.

Além das premiações da Medalha Madalena Serejo, a AMMA homenageou, com a entrega de certificado de Honra ao Mérito, os membros da Comissão Eleitoral responsável pela condução das Eleições AMMA 2020: juízas Maria José França, Nivana Guimarães e o desembargador Raimundo Barros.

Também foi homenageado o atual Diretor do Tribunal de Justiça, Mário Lobão, pelo trabalho que vem desenvolvendo na Justiça maranhense.

## AMMA 50 anos

O evento marcou, também, as comemorações alusivas aos 50 anos da AMMA, fundada em 2 de janeiro de 1971. Durante a solenidade, o presidente da Associação, Angelo Santos, assinou a ata de lançamento do Selo AMMA 50 Anos, seguido de entrega de placa aos ex-presidentes.

A juíza Sonia Amaral, que exerceu a presidência da AMMA por dois anos, fez um breve resgate da trajetória histórica da AMMA, destacando a importância do trabalho de todos os presidentes, cada um ao seu tempo, as lutas e conquistas de cada momento. “Essa casa não tem fim. A sua construção é contínua, constante e exige a colaboração de todos nós”.

Em seu discurso de agradecimento, o juiz Ronaldo Maciel, que presidiu a entidade em dois mandatos, falou do respeito conquistado pela AMMA na sociedade, fruto do trabalho de todos os presidentes que conduziram a entidade.

Também homenageado, o ex-presidente Gervásio Santos destacou que cada presidente dá a sua contribuição e passa, mas a AMMA é perene. “Os 50 anos foram de muita luta, muita glória. E todos aqueles que participaram, no seu tempo e ao seu modo, colocaram um tijolo nesta construção, nenhum foi mais importante que o outro”.

### Conquistas

Encerrando sua gestão após dois biênios, o presidente Angelo Santos ressaltou as conquistas obtidas nos últimos anos, mesmo em meio a inúmeras dificuldades. “A construção da nossa entidade, nesses 50 anos, passou pela dedicação desses homens e mulheres que estiveram à frente da AMMA e nós temos que sempre exaltar isso. Cada um contribuiu ao seu modo e forma, obtendo as conquistas possíveis”.

Ao final da solenidade, os convidados conheceram no novo Espaço AMMA 50 Anos, uma sala disponível a todos os associados, ambientada na temática da história da Associação.

## Colóquio virtual

Pesquisa sobre a influência da pandemia na participação da sociedade no Sistema de Justiça, realizado por duas analistas judiciárias do Tribunal de Justiça do Maranhão, foi apresentada no XI Colóquio Organizações, Desenvolvimento & Sustentabilidade, realizado virtualmente pela Universidade da Amazônia, de Belém do Pará. O evento, que aconteceu entre os dias 10 e 11 de novembro, tendo como tema “Reinvenções organizacionais em tempos de transição”, chegou à sua 11ª edição, com contribuições relevantes da comunidade científica do Norte do Brasil.

## **Postos de autorização de viagem não funcionam no período de Natal e Ano Novo**

De acordo com a portaria, nos dias em que os atendimentos estiverem suspensos, os casos emergenciais serão tratados pela Coordenação da Divisão de Proteção Integral

Postos de autorização de viagem não funcionam no período de Natal e Ano Novo

Comissária de Justiça orienta responsáveis sobre expedição de autorização de viagem (Divulgação)

São Luís - Pais e responsáveis por menores de 16 anos que precisarem viajar sozinhos ou acompanhados de pessoas que não sejam seus familiares, nas semanas do Natal e do Ano Novo, devem solicitar com antecedência a autorização de viagem nos postos de atendimento da Vara da Infância e Juventude de São Luís.

O atendimento ficará suspenso nos dias 24, 25 e 31 deste mês de dezembro e 1º de janeiro de 2021, conforme Portaria TJ nº 4627/2020, assinada pelo juiz José Américo Abreu Costa, titular da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís.

Os postos funcionam no Aeroporto Internacional Cunha Machado (13h às 18h) e Terminal Rodoviário de São Luís (8h às 13h) de segunda a sexta-feira; e na Estação de Passageiros da Ferrovia Carajás (Anjo da Guarda), das 6h30 às 8h, nos dias de viagem do trem. O posto do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau) não funcionará durante o recesso forense, que vai do dia 20 de dezembro a 6 de janeiro.

De acordo com a portaria, nos dias em que os atendimentos estiverem suspensos, os casos emergenciais serão tratados pela Coordenação da Divisão de Proteção Integral (DPI), mediante agendamento prévio por meio do whatsapp (98) 8483-8867 e 98835-9529.

O atendimento presencial segue as normas de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19), sendo obrigatórios, para servidores e usuários do serviço, utilização de máscara de proteção e a higienização das mãos com álcool 70%.

## **Acusado de matar a publicitária Mariana Costa vai a júri popular em fevereiro de 2021**

Sobrinha-neta do ex-presidente José Sarney foi encontrada morta em seu apartamento, no ano de 2016

Fonte: Redação

Data de publicação: 15/12/2020

Foto: Reprodução

O empresário Lucas Porto, acusado de estuprar e matar a publicitária Mariana Costa, de 33 anos, em novembro de 2016, vai a júri popular no dia 24 de fevereiro de 2021. O réu se encontra preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís.

A vítima, sobrinha-neta do ex-presidente José Sarney, foi encontrada morta em seu apartamento, no Turu, com sinais de estupro e asfixia, de acordo com as investigações da polícia.

Lucas Porto era cunhado de Mariana. Imagens das câmeras de segurança do prédio flagraram o acusado em duas oportunidades no local, na data do crime. Na primeira vez, ele chega com as filhas da vítima, e em seguida ele entra no apartamento e sai cerca de 40 minutos depois, descendo pelas escadas.

## **Postos de autorização de viagem não funcionam no período de Natal e Ano Novo**

O atendimento ficará suspenso nos dias 24, 25 e 31 deste mês de dezembro e 1º de janeiro de 2021

Comissária de Justiça orienta responsáveis sobre expedição de autorização de viagem. (Foto: Divulgação)

Pais e responsáveis por menores de 16 anos que precisarem viajar sozinhos ou acompanhados de pessoas que não sejam seus familiares, nas semanas do Natal e do Ano Novo, devem solicitar com antecedência a autorização de viagem nos postos de atendimento da Vara da Infância e Juventude de São Luís. O atendimento ficará suspenso nos dias 24, 25 e 31 deste mês de dezembro e 1º de janeiro de 2021, conforme Portaria TJ nº 4627/2020, assinada pelo juiz José Américo Abreu Costa, titular da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís.

Os postos funcionam no Aeroporto Internacional Cunha Machado (13h às 18h) e Terminal Rodoviário de São Luís (8h às 13h) de segunda a sexta-feira; e na Estação de Passageiros da Ferrovia Carajás (Anjo da Guarda), das 6h30 às 8h, nos dias de viagem do trem. O posto do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau) não funcionará durante o recesso forense, que vai do dia 20 de dezembro a 06 de janeiro.

De acordo com a portaria, nos dias em que os atendimentos estiverem suspensos, os casos emergenciais serão tratados pela Coordenação da Divisão de Proteção Integral (DPI), mediante agendamento prévio por meio do whatsapp (98) 8483-8867 e 98835-9529.

O atendimento presencial segue as normas de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19), sendo obrigatórios, para servidores e usuários do serviço, utilização de máscara de proteção e a higienização das mãos com álcool 70%.

## **Após determinação da Justiça, Zona Azul começa a funcionar nesta quarta-feira em Imperatriz**

Após determinação da Justiça, Zona Azul começa a funcionar nesta quarta-feira em Imperatriz

O projeto de implantação do estacionamento rotativo de Zona Azul começa a funcionar nesta quarta-feira (16), em Imperatriz. O Tribunal de Justiça do Maranhão reconheceu a Lei para o funcionamento do estacionamento rotativo na cidade, que pretende democratizar a utilização de vagas nas principais ruas e avenidas do setor comercial, evitando infrações cometidas por estacionamentos irregulares de fila dupla.

A empresa irá implementar estacionamentos nas principais ruas de Imperatriz. A execução da Zona Azul também prevê a contratação de pessoas do município e agentes que estarão dispostos em áreas estratégicas, uniformizados, orientando e fiscalizando os usuários.

De acordo com o secretário municipal de Trânsito e Transportes de Imperatriz, Leandro Braga, além da Zona Azul, o município também terá Zona Branca.

\*Com informações do repórter Geizel Nascimento

## **Caso Mariana Costa: julgamento de Lucas Porto será em fevereiro**

Mariana era filha de Sarney Neto e sobrinha-neta do ex-presidente José Sarney

Lucas Porto, acusado de ter estuprado e assassinado Mariana Costa em 2016, será julgado no dia 24 de fevereiro, em São Luís.

Mariana era filha de Sarney Neto e sobrinha-neta do ex-presidente José Sarney. A vítima tinha 33 anos, duas filhas e foi encontrada morta em seu apartamento. O laudo médico apontou que ela foi estuprada e morta por asfixia.

Lucas Porto era casado com a irmã de Mariana.

Lembre o caso: Lucas Porto confessa ter matado Mariana Costa

## Projeto Justiça Itinerante da Comarca de Cururupu é premiado

O Poder Judiciário de Cururupu conquistou o segundo lugar no prêmio "Magno Cruz de Direitos Humanos" 2020, oferecido pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), com reconhecimento público das ações de promoção e defesa de direitos humanos.

A comarca concorreu com o Projeto "Justiça Itinerante", selecionado com a nota 8,5, na avaliação da Comissão Especial de Seleção (Edital de Chamada Pública nº 01/2020) e, em seguida, submetido a voto popular.

Foram avaliados os critérios de "Relevância da ação e impactos para a promoção e defesa dos Direitos Humanos no Maranhão", "Grau de inovação da ação desenvolvida" e "Histórico de atuação da pessoa física ou jurídica responsável pelo desenvolvimento da ação".

O juiz Douglas da Guia, titular da 4ª Vara de Balsas e respondendo pela Comarca de Cururupu, recebeu o certificado durante a solenidade de premiação. "Estamos orgulhosos por conquistar essa premiação, fruto de um projeto tão importante quanto é o Justiça Itinerante para toda a Comarca de Cururupu", ressaltou.

Os prêmios foram entregues pelo secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, Chico Gonçalves, que lembrou o cenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e a vinculação de seus preceitos de promoção e proteção da vida digna estabelecidos na Carta Magna brasileira.

### JUSTIÇA ITINERANTE

Justiça Itinerante é um projeto que leva cidadania aos jurisdicionados da Comarca de Cururupu. O leque de serviços oferecidos abarcam a emissão de documentos básicos (Registro Civil, Carteira de Identidade; Carteira de Idoso; Carteira de reservista); retificação de registro civil; troca de lâmpadas (CEMAR); orientação sobre o juizados de pequenas causas; cadastramento e recadastramento para o programa bolsa família; e atendimento por advogados; brechó solidário, distribuição de cartilhas informativas sobre a Lei Maria da Penha e gibis da ronda escolar da PMMA.

### QUEM FOI MAGNO CRUZ

Magno Cruz era Engenheiro de formação e militante do movimento negro por convicção. Destacou-se por sua luta por justiça social e direitos humanos, atuando no Projeto Vida de Negro, como presidente do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), nos Sindicato Urbanitários, e posteriormente da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH); foi membro da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Associação de Funcionários da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA). Magno Cruz militou pela democratização das comunicações, coordenando a Rádio Comunitária do Coroadó "Conquista FM", por quem sempre lutou, apesar de sucessivos lacres e ataques à liberdade de expressão dos que geralmente não tinham voz. (Fonte: SEDIHPOP).

## **Justiça determina reintegração de fazenda em São Pedro da Água Branca**

Uma decisão proferida pelo Poder Judiciário em São Pedro da Água Branca determinou a reintegração de posse de uma fazenda. Conforme a decisão, os ocupantes têm o prazo de quinze dias para desocupar a Fazenda Boa Esperança III, que fica localizada na zona rural de São Pedro da Água Branca. Fica estabelecida a pena pecuniária de 200 reais diários aos requeridos e aos demais invasores, caso não desocupem voluntariamente o imóvel e se abstenham da prática de todo e qualquer ato que possa dificultar, impedir, obstaculizar, turbar, esbulhar ou molestar, de alguma maneira.

A decisão é resultado de Ação de Manutenção de Posse com pedido liminar ajuizada por Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda, em desfavor de O. L. M. e outros, em que postula a desocupação do imóvel objeto da demanda, devendo a parte ré se abster da prática de todo e qualquer ato que possa dificultar, impedir, obstaculizar, turbar, esbulhar ou molestar, de alguma maneira, a posse mansa e pacífica exercida pela autora. Como fundamento de seu pedido, alega, em síntese, que é empresa de base florestal, controlada pela Suzano, tendo adquirido os direitos de propriedade e posse sobre a 'Fazenda Boa Esperança III' em 13 de outubro de 2009, situada em São Pedro da Água Branca, visando ao plantio de eucalipto.

Afirma o autor, ainda, que vinha exercendo a posse mansa e pacífica sobre a porção economicamente aproveitável dessa fazenda há vários anos. Todavia, constatou-se, em 29 de agosto deste ano, que dezenas de famílias passaram a ocupar aproximadamente 480 hectares das áreas de Reserva Legal do imóvel, invadindo e desmatando a mata nativa, promovendo queimadas na área, bem como inopinadamente construindo barracos nessa porção do terreno. "De acordo com o disposto no artigo 561 do Código de Processo Civil, a concessão de medida liminar em ação possessória somente se mostra admissível se houver a comprovação, pelo autor, dos seguintes requisitos: a posse; a turbação ou o esbulho praticado pelo réu; a data dessa turbação ou do esbulho; e a continuação ou perda da posse, seja o caso de manutenção ou reintegração, respectivamente", fundamenta a decisão.

### **POSSE COMPROVADA**

De acordo com a Justiça, os documentos anexados ao processo são suficientes para demonstrar que a autora exercia a posse do terreno, tendo o adquirido em outubro de 2009 e em seguida iniciado os trabalhos de cultivo de eucalipto sobre a porção economicamente aproveitável do imóvel. "No tocante ao segundo requisito (turbação ou esbulho praticado), tenho como incontroverso o esbulho parcial praticado pelos requeridos, como restou demonstrado pelo relatório de invasão e boletins de ocorrência anexados, bem como pelas fotografias, também anexadas ao processo (...) Neste ponto, importante destacar que o fato da parte autora ter formulado pedido de manutenção de posse não obsta a que lhe seja dada a proteção legal correspondente ao esbulho, tendo em vista o princípio da fungibilidade, que rege os interditos possessórios", ressalta a decisão.

E prossegue: "Quanto à data do esbulho (ato de usurpação pelo qual uma pessoa é privada, ou espoliada, de coisa de que tenha propriedade ou posse) ficou demonstrado ter ocorrido desde o mês de junho deste ano, portanto, a ação foi proposta em menos de ano e dia, possibilitando a adoção do rito especial (...) Por derradeiro, verificou-se que, com o esbulho, o requerente perdeu parcialmente a posse do imóvel, o qual está sendo invadido por diversas famílias, que ocupam aproximadamente 480 hectares das áreas de reserva legal,

promovendo desmatamentos, queimadas e construção de barracos, conforme fotografias anexas".

Por fim, a decisão esclarece que, de acordo com a certidão imobiliária, o imóvel em questão encontra-se gravado como de utilização limitada, possuindo áreas de reserva legal, e são justamente essas áreas que vem sendo ocupadas irregularmente pelos requeridos, o que, para além de configurar a moléstia possessória, implica em ilícito ambiental, autorizando a concessão da medida liminar de reintegração de posse, com base no Código de Processo Civil. "Não havendo desocupação voluntária no prazo determinado, será expedido o mandado de reintegração de posse, ficando autorizado, desde já, o emprego de força policial em caso de resistência, caso em que deverá ser a ordem cumprida com moderação", finaliza a decisão.

## **Presidente do TJMA apresenta projetos de lei à Assembleia Legislativa**

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, protocolou, nesta quinta-feira (14), na Assembleia Legislativa do Maranhão, mensagens que tratam de projetos de lei. Um deles altera a Lei Estadual nº 9.109, de dezembro de 2009, que dispõe sobre custas e emolumentos; o outro altera a redação do artigo 11 da Lei estadual nº 130, da mesma época, por meio da qual foi criado o Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão (FERC). O desembargador foi recebido pelo presidente da ALEMA, deputado Othelino Neto, ocasião em que forneceu detalhes sobre as alterações propostas.

De acordo com a mensagem, em que se diz honrado em submeter os projetos de lei à deliberação dos deputados e deputadas da casa, Lourival Serejo explicou que a alteração da Lei nº 9.109/2009 faz-se necessária para compatibilizá-la à Lei nº 10.169/2000, que regula o parágrafo 2º do artigo 236 da Constituição Federal, estabelecendo normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, que devem corresponder ao efetivo custo e à adequada e suficiente remuneração dos serviços prestados, bem como regulamentar emolumentos incidentes sobre novos atos praticados pelos cartórios.

O desembargador detalhou que, para essa finalidade, efetivou-se pequena alteração no artigo 3º, objetivando fazer remissão à tabela de emolumentos XVIII. Disse que, no concernente ao serviço extrajudicial, as modificações que se propõem incidem, fundamentalmente, sobre o artigo 13 da Lei nº 9.109/2009, cujos incisos VII e X, receberam nova redação, ensejando a revogação do inciso XI.

As modificações propostas são para especificar, no inciso I do artigo 13, que a isenção é para beneficiário da gratuidade; acrescer ao inciso VII que o requerimento da autoridade policial para instruir inquérito policial (artigo 6º do CPP) se insere no rol de atos isentos do pagamento de emolumentos; excluir do inciso X a palavra estadual, que limitava a isenção apenas para os órgãos estaduais e incluir no mesmo dispositivo a Defensoria Pública; revogar o inciso XI, com redação repetitiva e que, por esse motivo, foi englobado no inciso X; incluir o inciso XIII, que isenta de emolumentos a União, os Estados, os Municípios, os Territórios e o Distrito Federal, suas autarquias e as suas fundações que não explorem atividade econômica, a fim de que os entes públicos possam usufruir da gratuidade dos emolumentos tal qual gozam em relação às custas judiciais disciplinadas no artigo 12 da lei.

A mensagem destaca que alteram-se os valores dos emolumentos e instruções informativas relativos aos registros e averbações sem valor declarado no registro de imóveis e georreferenciamento, bem como valores de certidões eletrônicas e específicas dos cartórios de protesto, notas, registro civil e imóveis, de acordo com o efetivo custo e a adequada e suficiente remuneração dos serviços. Também alteram-se as Tabelas de Protesto de Títulos e Pagamento antes do protesto, para que sejam aplicáveis em todas as suas faixas de valores.

No que se refere à cobrança de custas judiciais, informa que os seguintes itens foram criados: busca de processo em arquivo judicial, independente de pedido de desarquivamento ou expedição de certidão; cópia digital de registros fonográficos e audiovisuais de audiência/sessão; digitalização de documento realizada no

âmbito deste Poder Judiciário; transcrição de declaração registrada na gravação eletrônica de audiência/sessão e fornecimento de cópia por meio digital de documento e/ou processo.

FERC

Já em relação ao projeto de lei que altera a redação do artigo 11 da lei que criou o FERC, o presidente do TJMA disse que é sabido de todos que a isenção de emolumentos dos registros de nascimento, óbito, casamento e demais atos pertinentes ao registro civil de pessoas naturais, embora indiscutivelmente legítima para o pleno exercício da cidadania, gera impactos na sustentabilidade financeira dos cartórios de registro civil.

Continue lendo

em: <https://omaranhense.com/presidente-do-tjma-apresenta-projetos-de-lei-a-assembleia-legislativa/>

## **Caso Mariana Costa: suspeito será julgado em fevereiro de 2021**

Caso Mariana Costa: suspeito será julgado em fevereiro de 2021

Reprodução TV Cidade/Record TV

A Justiça do Maranhão marcou para o dia 24 de fevereiro de 2021 o julgamento do empresário Lucas Porto, suspeito de estuprar e matar a cunhada e publicitária Mariana Costa, sobrinha-neta de Sarney, em novembro de 2016.

A vítima foi encontrada morta em seu apartamento, no bairro do Turu, em São Luís. As investigações da Polícia Civil apontaram que ela foi estuprada e morta por asfixia. A perícia revelou lesões no corpo da vítima, resultantes de intensa luta corporal com o assassino. Inchaço na cabeça, manchas nas pernas, marcas de esganadura no pescoço e outras lesões de defesa foram os indícios encontrados.

Lucas Porto foi preso no mesmo dia do assassinato. Informações divulgadas pela Secretaria de Segurança Pública do Maranhão afirmam que as imagens do circuito interno de segurança do prédio onde Mariana estava mostram que Lucas foi a única pessoa que visitou o apartamento no horário do crime. O suspeito continua preso no complexo penitenciário São Luís, em Pedrinhas, onde responde pelos crimes de estupro, homicídio e feminicídio.

Após o crime, o 13 de novembro foi instituído como Dia Estadual de Combate ao Feminicídio.